

04/11/2016 - Telesíntese

Lucro da Telecom Italia cresce 42,8% no 3º tri

Companhia comemorou o resultado doméstico, onde obteve melhor desempenho em sete anos.

A Telecom Italia, dona da TIM Brasil, comemorou resultados positivos em seu balanço do terceiro trimestre, divulgado hoje, 04. Isso porque o grupo italiano retomou o crescimento, depois de retração de receitas na primeira metade do ano.

Na Itália, o resultado foi o melhor em sete anos, com crescimento de 1% em receitas e de 7,9% do EBITDA. O relatório aponta também a melhora da subsidiária brasileira, após seis trimestres de queda. A TIM Brasil representava 21% do faturamento do grupo no final de setembro, ante 20,4% no final do segundo trimestre e 24,9% em setembro de 2015.

Os números mostram, ainda, que o grupo investiu menos no Brasil. Aumentou o montante destinado

à Itália, que passou de 71% dos investimentos para 77,2%, enquanto por aqui, a parcela passou de 28,8% para 22,8% do Capex. A crise econômica fez famílias reverem os gastos com telefonia no Brasil, diz o relatório, o que resultou na queda de receitas. Diante do cenário, a manteve-se o plano de contenção de despesas, que reduziu os gastos com fornecedores. Os custos com funcionários aumentou, apesar da demissão de 3,1 mil empregados. Ao fim do período, a brasileira tinha contratados 9.941 trabalhadores.

“Começa-se a entender como eficiência tem resultados positivos que afetam também as receitas”, observou Flavio Cattaneo, CEO do grupo.

04/11/2016 - Telesíntese

Mercado mundial de serviços em TI movimentará US\$ 1 trilhão em 2018

Gastos com serviços em nuvem vão dobrar até 2020, segundo consultoria

A consultoria IDC divulgou relatório nesta segunda-feira, 07, no qual prevê que o mercado mundial de serviços de TI e “business services” vai movimentar nada menos que US\$ 1 trilhão até 2018. Este ano, a projeção indica volume de US\$ 900 bilhões.

Os segmentos que mais vão faturar até lá serão de BPO e serviços de integração de sistemas, cada um responsável por movimentar pelos menos US\$ 100 milhões apenas este ano. Já o gasto com serviços



em nuvem deve somar US\$ 98 bilhões ao final de dezembro, valor que deve dobrar até 2020.

Este ano, o setor de serviços de TI e corporativos deve crescer 3,2% nas Américas, menos da metade da expansão vista na Ásia, de 6,8%. Enquanto Europa, Oriente Médio e África (EMEA) crescerão 1,7%. Em 2020, a previsão é de crescimento de 4,2% nas Américas, 5,4% na Ásia e 3,1% na região EMEA. (Com assessoria de imprensa)



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/11/2016 - Telesíntese

Kassab confirma que governo prepara MP para intervir em toda a Oi e não só na concessão

O ministro da C&T e Comunicações, Gilberto Kassab, confirmou hoje, 7, no Palácio do Planalto, que o governo estuda uma Medida Provisória para alterar a legislação de recuperação judicial para ficar com poderes de intervenção sobre todos os serviços da Oi, e não apenas sobre a concessionária. O ministro ressaltou, no entanto, que, embora o governo esteja se preparando para essa alternativa, continua "a dar todo o apoio à companhia para que ela possa ser bem-sucedida na recuperação judicial".



O ministro da C&T e Comunicações, Gilberto Kassab, confirmou hoje, 7, no Palácio do Planalto, que o governo estuda uma Medida Provisória para alterar a legislação de recuperação judicial para ficar com poderes de intervenção sobre todos os serviços da Oi, e não apenas sobre a concessionária. O ministro ressaltou, no entanto, que, embora o governo esteja se preparando para essa alternativa, continua "a dar todo o apoio à companhia para que ela possa ser bem-sucedida na recuperação judicial".

A notícia da elaboração da MP foi publicada hoje, 7, no jornal Valor Econômico. Segundo o ministro Kassab, a postura do governo continua a ser de total apoio a recuperação judicial da operadora, para que ela seja bem-sucedida e consiga, saneada, "transferir o seu controle para alguma empresa que assuma o seu passivo", afirmou Kassab.

– Se não der certo a primeira prioridade, o governo será obrigado a tomar a segunda atitude. Se a Anatel não se preparar para fazer a intervenção, ela não estará agindo corretamente. Poderá até ser acusada no futuro pelos órgãos de fiscalização. Esta MP

nada mais é do que uma preparação do governo para uma eventualidade de intervenção do qual o governo é obrigado a fazer, completou o ministro.

Conforme fontes do Executivo, a Medida Provisória seria necessária porque a lei de falências só prevê a intervenção em concessionárias de serviço público e o grupo de trabalho criado para acompanhar a Oi constatou que se, a iniciativa for necessária, ela terá que ser tomada em toda a companhia, incluindo os serviços privados. "Embora a Oi tenha CNPJs diferentes, ela tem um caixa único, e seria impossível agir somente na concessão", afirmou a fonte.

Multas

Segundo Kassab, é "óbvio" que o governo quer que a Oi seja mantida em sua integralidade, e não sejam fatiados os seus ativos. Afirmou ainda que não vai rever as multas aplicadas sobre a empresa. "O governo não tem esse direito. Depois que aplica a multas, elas passam a ser públicas. Mas a empresa tem o direito de recorrer", encerrou.

Conselho de Administração

A trégua entre os sócios da Pharol e do fundo Societé Generalé, de Nelson Tanure, durou pouco. Conforme a coluna de Lauro Jardim, do Globo, na última reunião do conselho do dia 26 de outubro, os representantes dos dois grupos – Rafael Mora, pelos portugueses, e o próprio Tanure – quase foram às vias de fato quando se discutiu a contratação da consultoria Falconi (a mesma que foi usada na fusão da Ambev), defendida por Tanure, e recusada por Mora,

O acirramento das posições entre os controladores da Oi é outra das razões para o governo acelerar os estudos sobre a intervenção.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Convergência Digital - 07/11/2016

Claro é a operadora com mais de 70% dos acessos em 3G

As operadoras móveis decidiram acelerar a migração para o 4G para acelerar o caminho da rentabilidade, mas cada uma delas têm a missão de fazer os usuários 3G - a grande base do sistema - a mudar para a nova tecnologia. De acordo com dados divulgados pelo portal Teleco, a Claro, do grupo América Móvil, é a que tem mais acessos via aparelhos 3G, com 74,2%, o que representa um market share de 32,52%.

A segunda operadora com mais acessos 3G é a TIM com 51,7%. A Oi aparece na terceira posição com 50,6% e a Vivo na quarta posição com 47,7%. No total, o 3G responde por 56,2% da base total de acessos ativos no Brasil.

O 4G é a aposta, mas em todas as teles ainda há

um longo caminho para crescer. a Vivo é a operadora que tem mais acessos via aparelhos 4G: 35,46%. A TIM aparece com 27,65%. Claro e Oi ficam bem atrás com, respectivamente, 19,35% e 15,45%, lembrando apenas que a Oi, por conta da crise financeira, não participou do leilão de 700 Mhz.

Os últimos dados liberados pela Anatel, referentes ao mês de agosto, mostram que o Brasil terminou o oitavo mês do ano com 252 milhões de chips ativos - eram 257,8 milhões quando o ano começou. A queda ficou concentrada especialmente no 2G (que perdeu 11,2 milhões de acessos), enquanto na contramão os chips LTE passaram de 25,4 milhões para 46,3 milhões.

***Com informações do portal Teleco e da Anatel**

04/11/2016 - Convergência Digital

Internet das Coisas: ou indústrias brasileiras se mexem ou vão ser comoditizadas

A Internet das Coisas tem tudo para ser o carro-chefe da retomada do crescimento do setor de serviços - que hoje representa 72% do PIB nacional, pontua o executivo-chefe de Negócios do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), Eduardo Peixoto. Segundo ele, o futuro será marcado por produtos intensivos em serviços. "Se as indústrias não caminharem nessa direção, se tornarão comoditizadas", alertou durante sua participação na reunião da Comissão Internet das Coisas da Abinee, realizada no dia 1 de novembro, em São Paulo.

Eduardo Peixoto destacou que a IoT abre uma série de oportunidades para novos profissionais, novas plataformas de software e para as empresas que souberem acompanhar o novo cenário. Citando o exemplo da manufatura avançada, Peixoto destacou que as novas tecnologias não podem ser vistas apenas como uma forma de redução de custos. "Vão gerar ganhos para a indústria, mas a grande revolução será o surgimento de novos produtos e de um novo padrão de produção", observou o chefe de Negócios do CESAR.

Durante a reunião, Peixoto apresentou o estudo

PoETAS.IT (Políticas e Estratégias para Tecnologias, Aplicações e Serviços para a Internet de Tudo). Produzido em conjunto pelo CESAR, em parceria com o TecnoPuc (Parque Científico e Tecnológico da PUCRS), o NGPD (Núcleo de Gestão do PortoDigital), a Porto Marinho e o CIFS (um think tank - instituição ligada à produção e difusão de conhecimento - dinamarquês), o documento apresenta uma série de estratégias para políticas públicas para o incentivo à difusão da IoT no Brasil. "Nada do que pensarmos agora será definitivo. Muitas tecnologias ainda vão surgir, mas tentamos mirar alguns caminhos possíveis nesse estudo", explicou.

O PoETAS.IT foi construído sob licença creative commons, ou seja, desde sua concepção foi pensado para ser um documento aberto à sociedade para que possa evoluir e ser implementado por qualquer cidade ou país do mundo. Os interessados podem contribuir pelo e-mail poetas.it@cesar.org.br. As sugestões aprovadas serão incorporadas à próxima versão do documento e o seu autor adicionado à lista de colaboradores.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

7 de novembro de 2016 - VERMELHO

Orlando: Reforma política ideal é a que amplia a participação popular

A reforma política que o Brasil precisa é aquela que amplia a participação popular. É o que defende o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que integra a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, instalada desde o dia 25 de outubro, que vai analisar o projeto do Senado sobre o tema, que propõe entre outras medidas, a cláusula de barreira para partidos políticos e fim de coligações proporcionais.

“É necessário criar mecanismos diretos de participação da população”, enfatiza Orlando, destacando que a Constituição já prevê hipóteses de plebiscitos e referendos que foram utilizadas apenas por duas ocasiões: uma sobre o desarmamento e outra sobre o sistema de governo. “Nós poderíamos, ano sim e ano não, fazer referendo porque temos um sistema eleitoral eficiente que ano sim e ano não convoca a população para eleições gerais ou municipais. Creio de deveríamos nesse debate da reforma política, estimular e multiplicar o uso de plebiscitos e referendos de modo a estimular a democracia direta e assim reduzir a distância em relação à política e aos políticos”, salientou o parlamentar.

E segue: “O nosso problema é estimular a participação da nossa população. Ao discutirmos essa reforma política devemos nos perguntar: Por que cresceu tanto a abstenção, votos nulos e brancos? Ao meu ver, cresceu pela desesperança do povo que não vê um horizonte político no governo. Não vê no governo Temer uma perspectiva de enfrentar e solucionar os seus problemas. A desesperança que está atingindo o nosso povo está levando ao afastamento ainda maior da política. Como reverter tudo isso? É dando mais identidade programática aos partidos e valorizando os mecanismos de participação direta da população”.

Orlando afirma que a proposta que tenta impedir as coligações fere o direito de associação previsto na Constituição. “Eu defendo a liberdade de associação partidária e de coligações. Na nossa Constituição está prevista a liberdade de coligações. Dois partidos se juntam por uma opção democrática. Considero antidemocrático impedir que essa associação se dê. O Brasil é um continente com realidades políticas muito diferentes. Querer enquadrá-lo numa lógica local,

pode produzir um engessamento que provocará mais distorções políticas ainda”, defende o parlamentar.

Segundo as contas do próprio deputado, se considerar os partidos que seriam atingidos com a cláusula de barreira de 2%, proposta no projeto de autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), a bancada teria ao menos 93 deputados. “Já começamos um diálogo com esses parlamentares, de modo que tenhamos uma ação conjunta, já que todos serão atingidos”, contou.

Orlando adiantou que, caso seja aprovada a proposta que impede coligações, a bancada vai defender a criação da chamadas federações partidárias, um sistema proposto para substituir as coligações nas eleições proporcionais, permitindo que os partidos com maior afinidade ideológica e programática se unam para atuar de maneira uniforme em todo o país e, ao mesmo tempo, contribui para que os pequenos partidos ultrapassem a cláusula de barreira.

“Com isso, nós tenderíamos a mitigar coligações que denotam o que apresentam contradições mais profundas no plano nacional. Federações partidárias tenderiam a harmonizar mais na estrutura local, forças que têm mais identidades na estrutura nacional”, argumenta.

Fortalecer os partidos

Diante da grave e profunda crise política que enfrentamos, Orlando Silva afirma que é necessário aprofundar o debate e fortalecer as instituições políticas partidárias para construir a saída dessa crise. Ele aponta duas principais mudanças que o PCdoB defenderá no Congresso, que trata do sistema de votação e do financiamento de campanha.

“Acredito que para fortalecer a democracia brasileira é necessário, em primeiro lugar, fortalecer os partidos políticos e os programas desses partidos para que a população brasileira possa identificar com nitidez quem defende o quê. E para isso é preciso mudar o sistema eleitoral. Defendo que tenhamos um sistema com voto em lista partidária, que permite que as pessoas construam uma identidade política”, afirma.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/289350-1>

7 de novembro de 2016 - Vermelho

Câmara deve concluir votação que tira Petrobras do pré-sal



PRÉ-SAL É RIQUEZA TIRADA DO FUNDO DO MAR

- Impacta favoravelmente a **economia brasileira**
- É mais investimento para **educação e saúde**
- Garantia da totalidade dos royalties para as duas áreas:

75% educação	25% saúde
---------------------	------------------

A Câmara dos Deputados deve concluir, esta semana, a votação do Projeto de Lei que retira da Petrobras a condição de operadora exclusiva do pré-sal, na primeira sessão de votações no Plenário da Casa após o segundo turno das eleições municipais. A sessão está marcada para às 19 horas desta terça-feira (8) com apenas esse item na pauta.

Os deputados vão concluir a votação dos destaques apresentados ao texto-base já aprovado, que não sofreu alterações até o momento. Em 24 de outubro, foram rejeitados três destaques da oposição – faltam outros dois. O texto principal foi aprovado em cinco de outubro.

Atualmente, a Petrobras tem direito a ser opera-

dora exclusiva de pelo menos 30% da exploração do pré-sal. O operador é responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção.

A aprovação do projeto foi antecedida por forte oposição de deputados do PCdoB, Psol e PT, que vêm na proposta um primeiro passo para a privatização da Petrobras. E um crime de lesa-pátria, já que entrega às multinacionais estrangeiras a exploração de uma riqueza nacional que, pelo regime de partilha, aprovada em 2010, teria recursos reservados para investimentos em educação, saúde e ciência e tecnologia, garantindo o desenvolvimento do país.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/11/2016 - Vermelho

A banca, os banqueiros e os administradores bancários

Recordam-se de 2008? Da crise do subprime? Dos derivados tóxicos? Dos swaps? Dos produtos financeiros vendidos como depósitos a prazo que afinal eram participações em Fundos especulativos? Da "cartelização" da LIBOR entre 15 grandes bancos?

E têm presentes as declarações dos Políticos, dos Reguladores, dos próprios banqueiros, assegurando que não "passava nada" e estava tudo na santa paz do Senhor? E das classificações tripla A+ atribuídas pelas três principais Agências de Notação Financeira a bancos, instituições de crédito e seguradoras que faliram no dia seguinte devido a carteiras de crédito incobráveis, frutos da imaginação delirante dos seus quadros?

Por fim, lembrem-se do mega-esquema de Ponzi montado pela Banca e que teve como base a emissão indiscriminada de "moeda" – ficcional – chamada "crédito"? Crédito a empresas de obras públicas, crédito a estados para as parcerias público-privadas, crédito às empresas de construção civil para comprar terrenos e aí construir edifícios, para habitação ou escritórios, e crédito aos incautos que os compraram assim gerando enormes "bolhas" imobiliárias?

Recordam-se, decerto, que durante este processo, e em resultado dele, houve muitos que enriqueceram subitamente em consequência dos prémios e comissões recebidos por estes negócios leoninos e de legalidade duvidosa? Contabilidades forjadas, fictícias, serviram para justificar a distribuição de dividendos tipo "Barbie & Ken" a accionistas que não o eram de facto por administradores vestidos com collants de licra – típicos dos super-heróis da Marvel – que se atribuíram prémios, vencimentos e benesses a que de facto não teriam direito se tudo isto não se passasse no País de Lilliput?

Lucros privados, públicos prejuízos

Por fim, lembrem-se de quem foi chamado a pagar os buracos financeiros, as rupturas de liquidez e, agora, o crédito mal-parado das carteiras dos incobráveis legados pelos senhores administradores? E de a

que porta foram bater para manter os respectivos "El Dorado" pessoais, patrimoniais, não-raro colocados em paraísos fiscais off shore?

Este mega-embuste não se tratou de uma sucessão de acasos infelizes nem de má sorte ou sequer de erros aleatórios de gestão dos seus protagonistas. Houve efeitos económicos, jurídicos e políticos. E sociais. Sobretudo sociais, traduzidos nos números amargos do desemprego, das falências, da proliferação geométrica da miséria, dos suicídios, das mortes por desistência de viver, das provocadas pela falta de dinheiro para pagar os transportes até à assistência médica, das ocasionadas pela suspensão de terapêuticas crónicas devido ao confronto com a escolha entre morrer de fome ou da interrupção dos medicamentos.

Por causa destes cavalheiros o "elevador" social passou a servir apenas para "descer". O "contrato social" foi unilateralmente quebrado. A Civilização regrediu alguns séculos em termos ideológicos. A paz social foi posta em causa pela enorme massa de indivíduos da classe média que foram alvo de um processo de empobrecimento acelerado. A marginalidade, o crime, os índices de violência, o stress permanente, produziram efeitos devastadores para muitas décadas. Como sabiamente disse Pacheco Pereira: "Passos Coelho e o seu Governo salgaram o país para muitos anos". Num passe de mágica, plasmado na ganância, as "pessoas" deixaram de ser uma variável na equação das decisões políticas. As semelhanças com o ideário nazi são aterradoras.

Por razões que só alguns, poucos, saberão estes senhores estão todos em Liberdade, conservam o resultado do gigantesco esbulho que praticaram e no conforto dele vivem, mantêm os seus cargos, olímpicamente remunerados. Não obstante, a única dúvida que subsiste a seu respeito é entre uma putativa incompetência e a prática, reiterada e dolosa, de peculato, falsificação de contas e documentos, gestão danosa, fuga ao fisco e associação criminosa.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/289342-1>